

## - Relatório de Atividades do Núcleo Especializado

**Núcleo:** Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

**Coordenadora:** Anaí Arantes Rodrigues

**Período Compreendido:** 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2013

**Número de Integrantes afastados:**

- Três integrantes afastados - Anaí Arantes Rodrigues (Coordenadora), Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar) e Sabrina Nasser de Carvalho (membro com dedicação exclusiva)

**Número de Integrantes Membros/Colaboradores:** 20 integrantes

**Integrantes em 31.07.2013:** Anaí Arantes Rodrigues (coordenadora), Ana C. F. Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar), Sabrina Nasser de Carvalho (membro com dedicação exclusiva), Pedro Pereira dos Santos Peres (1ª Defensoria Pública do NHABURB) Ângela de Lima Pieroni Detoni (2ª Defensoria Pública do NHABURB), Alexandra Pinheiro de Castro (3ª Defensoria Pública do NHABURB), Rafael Negreiros Dantas Lima (4ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Dalla Valle Bedicks (6ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Amorim Princesa (7ª Defensoria Pública do NHABURB), Fabiana Julia Oliveira Resende (8ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Hotz de Macedo Cunha (9ª Defensoria Pública do NHABURB), Cristina Emy Yokaichiya (10ª Defensoria Pública do NHABURB), Luisa Lins Veloso (11ª Defensoria Pública do NHABURB), Luís Marcelo Mendonça Bernardes (12ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernando Catache Borian (13ª Defensoria Pública do NHABURB); Dione Ribeiro Basilio (14ª Defensoria Pública do NHABURB), Marina Neves de Campos Mello (15ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Capra da Cunha Lopes (16ª Defensoria Pública do NHABURB) e Marina Costa Craveiro Silva (17ª Defensoria Pública do NHABURB).

### **Atividades Desenvolvidas**

#### **1) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos**

O Núcleo de Habitação e Urbanismo, no período objeto do presente relatório, seguiu atualizando o seu subportal com modelos de petição, legislação, jurisprudência e demais assuntos de interesse para atuação na temática da habitação e urbanismo. No período, foi enviado por e-mail um informativo.

#### **2) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos**

##### 2.1. Medidas Judiciais e Extrajudiciais propostas isoladamente

##### **A - Lista de ações propostas**

<b>PROCESSO</b>	<b>AÇÃO / OBJETO</b>	<b>FASE ATUAL</b>
<b>1. Autos do processo n.º 0032204-55.2011.8.26.0053 (PA 52/2012 – Manacá da Serra)</b>	Ação Civil Pública na qual se requer a prestação do serviço de água para a comunidade.	Liminar deferida pelo TJ – aguardando execução.
<b>2. Autos do processo nº 0002086-07.2013.8.26.0157 (PA 13/2013- Cubatão)</b>	Ação civil pública na qual se requer o atendimento emergencial das famílias desabrigadas em razão das enchentes.	Liminar deferida.
<b>3. Autos do processo nº 0023435-87.2013.8.26.0053 (PA 58/2012 - Jd. das</b>	Ação Civil Pública na qual se requer a responsabilização civil	Agravo contra decisão que indeferiu a liminar não provido.

<b>Palmas)</b>	do Estado e da Camargo Correa pela desocupação dos moradores sem ordem judicial.	
<b>4. Autos do processo nº 0065453-16.2012.8.26.0100 (PA 24/2013 – Marconi)</b>	Ação de reintegração de posse	Apresentação da peça de contestação - Aguardando apresentação da réplica
<b>5. Autos do processo nº 0017954-32.2002.8.26.0056 (PA 29/2013 – Jd. Califórnia)</b>	Ação de reintegração de posse	Aguardando julgamento Recurso Extraordinário e Especial (Defensoria entrou tardiamente no processo)
<b>6. Autos do processo nº 0535154-58.1996.8.26.0100 (PA 40/2013 - Chácara Soares)</b>	Processo indenizatório em que houve penhora e alienação de bem ocupado.	Aguardando apreciação da petição interposta pela Defensoria requerendo a suspensão da execução (Defensoria entrou tardiamente no processo)
<b>7. Autos do processo nº 0608104-89.2008.8.26.0053 (PA nº 90/2008 – Fazendinha)</b>	Desapropriação	Aguardando apreciação da petição pedido de não levantamento da indenização (Defensoria entrou tardiamente no processo)
<b>8. Autos do processo nº 0003306-23.2004.8.26.0006 (PA nº 49/2013 - Jd. Danfer)</b>	Reintegração de Posse	Aguardando apreciação do Pedido de suspensão (NE-Haburb entrou tardiamente no processo)

#### B - Lista de ações extrajudiciais

**B.1 – Reunião com moradores das comunidades que serão atingidos pelo Trecho Norte do Rodoanel e tratativas com a DERSA visando a garantia do direito à moradia das famílias.** O núcleo vem acompanhando a questão da construção do Trecho Norte do Rodoanel, em especial no que diz respeito ao impacto social por conta das remoções. Nesse sentido, foi realizada. a) Reuniões com comissão de representantes das comunidades afetadas pelo Trecho Norte do Rodoanel; b) reuniões com a DERSA, tanto no MP como na Defensoria Pública; c) reunião com o procurador dos direitos do cidadão, no MPF; d) reunião com representante do BID.

**B.2 – Visita às Comunidades.** No período o núcleo realizou visitas à comunidade Sucupira (duas vezes) e aos desabrigados em razão das chuvas em Cubatão (duas vezes).

**B.3 – Acompanhamento de reintegração de posse.** O núcleo acompanhou a reintegração de posse da Comunidade Pinheirinho II, em Itaquera e da reintegração de posse em Cubatão.

**B.4 – Participação em audiências públicas.** No período, o núcleo organizou uma audiência pública, em conjunto com MPF, e participou de uma audiência pública na Câmara Municipal.

**B.5 – Acompanhamento de assistidos à delegacia.** No período, o núcleo acompanhou os moradores à delegacia para registrar Boletim de Ocorrência, bem como para saber andamento de Inquérito Policial sobre o caso do Jd. das Palmas

2.2. Medidas Judiciais propostas conjuntamente com Defensor Natural

PROCESSO	AÇÃO / OBJETO	FASE ATUAL
1. Autos do processo nº 0009769-96.2013.8.26.0577	Ação Civil Pública na qual se requer a	Aguardando julgamento de agravo interno contra

<b>(PA 20/2013 – Pinheirinho)</b>	responsabilização civil do Estado e da Massa Falida da Selecta pela desocupação da comunidade Pinheirinho	decisão monocrática que manteve decisão do juiz que aplicou multa e indeferiu antecipação dos efeitos da tutela recursal de apelação interposta contra decisão que extinguiu o processo sem julgamento do mérito.
-----------------------------------	---	---

**3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas**

No período o núcleo organizou conjuntamente com EDEPE e Apadep, a posse popular dos novos defensores públicos nas ocupações Mauá e Marconi, além de ter proferido palestra no curso dos novos sobre a atuação nessa temática.

O núcleo também participou de reunião na EDEPE para ajudar a pensar no projeto de prática para o curso dos novos defensores públicos e participará da Comissão da EDEPE para elaboração de banco de peças.

**4) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas**

O Núcleo Especializado, nesse semestre, enfatizou o intercâmbio entre as mais diversas entidades, sejam públicas ou privadas, para execução de suas atividades.

Essa postura pode ser elucidada por meio dos seguintes exemplos:

**4.1. Manutenção e aprimoramento do convênio com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica - EM/PUC.**

Importante frisar que esses convênios, para além de um mecanismo de encaminhamento de casos, mostram-se importantes por manter um canal aberto de diálogo e troca de experiências entre a instituição e os conveniados, de fundamental importância. Por exemplo, são diversas as ações que são acompanhadas de forma conjunta entre a Defensoria Pública e o Escritório Modelo, sendo que a primeira é

responsável pelas questões jurídicas e o segundo pela parte técnico-social, tendo em vista que o Núcleo não dispõe de profissionais na área. Estabelecemos uma dinâmica de realização de reuniões com o Escritório Modelo da PUC.

#### 4.2. Realização da IV Jornada da Moradia.

Neste período foi realizada a IV Jornada da Moradia Digna, nos dias 02 e 03 de março de 2013, na PUC Ipiranga, além de reuniões posteriores, de avaliação.

4.3. Diálogo constante com o Ministério Público Estadual. O Núcleo de Habitação também exerceu atividades em conjunto com o Ministério Público, principalmente participando de reuniões com promotores, juntamente com a comunidade ou órgãos públicos, como no caso do Trecho Norte do Rodoanel, Viela da Paz, Buraco Quente etc.

4.3. Atuação conjunta com o Ministério Público Federal. O Núcleo de Habitação em parceria com o Ministério Público Federal, a pedido do Comitê Popular da Copa de São Paulo, realizou uma audiência pública para a tratar dos impactos sociais da Copa, além de estar estudando eventual propositura de ação conjunta referente ao Rodoanel Trecho Norte.

4.4. Possibilidade de novos convênios. O núcleo está acompanhando, junto à assessoria de convênios, pedido de realização de convênio com órgãos, ONGs ou instituições que possam dar apoio técnico às demandas na área de habitação e urbanismo. Além disso, realizou duas reuniões com representantes do Itesp para estudo de eventual elaboração de convênio para regularização fundiária de áreas rurais.

4.5. Participação no processo de revisão do Plano Diretor Estratégico – O núcleo participou de algumas reuniões, organizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano ou União dos Movimentos de Moradia, sobre o processo de revisão do PDE-SP.

4.6. Manifestação na Consulta Pública sobre o projeto das PPPs. O núcleo manifestou-se, isolada e conjuntamente com outras entidades, da consulta pública aberta pela Casa Paulista sobre o projeto de construção de Habitação de Interesse Social por meio de PPPs, para o que foram realizadas diversas reuniões.

**5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado**

A Defensora Pública Ana Bueno já foi indicada para ser membro titular integrante do Conselho Estadual de Saneamento, porém até a presente data não houve nomeação pelo Governador do Estado.

#### **6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado**

Além dos já citados compilação e encaminhamento de jurisprudências, sugestões de atuação, modelos, notícias etc. relacionados ao tema, o Núcleo Especializado está permanentemente à disposição dos defensores naturais para esclarecimento de dúvidas, auxílio em casos específicos, troca de ideias sobre questões variadas ou qualquer outra demanda que se fizer presente, sendo constantemente provocado com questionamentos por e-mail ou telefone, respondendo-os prontamente. No período, foi realizada reunião na unidade de Itaquera sobre os casos afetos ao tema acompanhados pela unidade, a pedido dessa.

Ademais, no período realizamos reuniões com membros do CAM, Plantão Cível e Fazenda Pública sobre a formação do Grupo de Trabalho na área da Habitação visando traçar uma atuação estratégica da Defensoria Pública no ajuizamento de ações judiciais referente ao tema.

#### **7) Acionamento de Cortes Internacionais**

Não foi acionada nenhuma Corte Internacional nesse período.

#### **8) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública**

No período a que se refere esse relatório, as principais ações do núcleo no sentido de implementar o plano foram: acompanhamento administrativo e judicial de casos em que há risco ao direito à moradia e à cidade, com especial atenção a casos em que a comunidade se encontra em área de risco; atuação judicial e extrajudicial com vistas a evitar a prática de remoções compulsórias; realização do evento da IV Jornada da Moradia Digna; participação de reuniões para discussão de projetos de lei afetos à temática; continuidade da execução do projeto de regularização fundiária do Jardim Jaqueline.

Ainda, vale observar que o núcleo já instaurou procedimento administrativo referente a cada uma das propostas aprovadas no III Ciclo de Conferências, para que sejam tomadas providências no sentido da sua implementação. Sobre isso, destaca-se: participação de coordenadores de outros núcleos na IV Jornada da Moradia Digna; elaboração de cartilha para educação em direitos na temática da habitação e urbanismo; participação do Comitê Popular da Copa, com a realização de uma audiência pública para discussão dos impactos sociais da Copa de 2014; acompanhamento do processo de construção do Trecho Norte do Rodoanel, objetivando evitar os prejuízos gerados por essa intervenção pública; fomento do debate na instituição, em conjunto com demais núcleos, sobre atuação estratégica na Instituição e temas sensíveis, que devem ser diretamente atendidos pela Defensoria Pública, bem como sobre formas de efetivação da Deliberação 139, pelo que passa a descentralização da atuação na tutela coletiva afeta à temática da habitação e urbanismo; criação de um Grupo de Trabalho de Habitação para discutir a atuação estratégica da Defensoria Pública na área.

**9) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais**

Elaboração de uma cartilha “Atendimento Habitacional no Trecho Norte do Rodoanel” e um informativo sobre desapropriações, para as comunidades que vão ser afetadas pelas obras do Rodoanel - Anexo 1.

**10) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências**

A Defensora Pública Ana Bueno de Moraes, na qualidade de Secretária-Geral da Comissão, participou da Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do CONDEGE.



**11) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade**

O núcleo manteve o canal aberto para o debate, realizando reuniões, com representantes de instituições e entidades ligados à temática da habitação para, conjuntamente, estabelecer temas prioritários de atuação e construir eventuais políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais. Especificamente, no período o núcleo de manifestou na Consulta Pública sobre as PPPS, além de ter participado de reuniões sobre a revisão do Plano Diretor, como já mencionado.

**12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade**

O Núcleo de Habitação vem discutindo com outras entidades que trabalham com a temática da habitação algumas possibilidades/necessidades de atuação no sentido de alterações legislativas.

A coordenação continua a acompanhar o trâmite do Projeto de Lei nº 572/2005, que cria Comissão Especial de Análise de Despejos. Também está elaborando, juntamente com a APADEP, um projeto de lei no mesmo sentido em âmbito municipal.

Além disso, o núcleo acompanhou o processo de reforma do Código de Processo Civil, especificamente da parte referente às possessórias, tendo ido para Brasília para acompanhar a votação de perto e falar com os deputados, em especial o relator.

Por fim, participou de audiência pública na Câmara dos Vereadores sobre projetos de lei que tratam de temas afetos à área. Na oportunidade, iniciou diálogo sobre alteração dos artigos 20 e 21 da Lei 15.720/13, que compreende inconstitucionais.

**13) Outras ações desenvolvidas**

**A - Projeto Jardim Jaqueline.** Trata-se de um projeto de regularização fundiária do Jd. Jaqueline, que está sendo executado em parceria com o Ministério das Cidades. No período compreendido no presente relatório, o núcleo realizou reunião com a Sehab, sendo uma com o secretário e outra com a equipe técnica de Resolo, para discutir a possibilidade de atuação conjunta com a Prefeitura, para realização da regularização

urbanística da área e encaminhamento da demarcação urbanística como forma de solução fundiária.

O núcleo também participou de reunião na Caixa Econômica Federal, junto com assessoria de convênios e 1ª Subdefensoria, sobre possibilidade de alteração de um dos produtos do contrato, para viabilizar a troca da propositura das ações de usucapião pelo pedido administrativo de demarcação urbanística.

Além disso, o núcleo continua acompanhando as reuniões das lideranças comunitárias.

**B - Atuação judicial.** Além das ações judiciais propostas no período, já elencadas nos itens “2.1.A” e 2.2, o núcleo acompanha, atualmente 79 ações judiciais, como se pode observar pela tabela e relatório de acompanhamento de processos – Anexo 2. No período, foram recebidos 33 processos judiciais.

Ademais, foram realizadas 03 sustentações orais no Tribunal de Justiça de São Paulo.

**C - Acompanhamento de procedimentos administrativos.** O núcleo acompanha atualmente 144 procedimentos administrativos e 17 pedidos de providência, cuja lista dos que estão em andamento e últimos andamentos seguem no Anexo 3.

No período foram abertos 48 procedimentos administrativos ou pedidos de providência e foram realizados 28 arquivamentos.

No período, foram enviados 138 ofícios, além das reiteraões, 9 memorandos e 04 recomendações.

**D - Atendimentos coletivos.** Praticamente todos os dias, de segunda à quinta-feira, são realizados atendimentos de comunidades que agendaram atendimento, seja para saber andamento de PA, seja para dar entrada em casos novos. A agenda de atendimento pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 4).

**E – Reuniões e Eventos.** Além dos atendimentos coletivos, o núcleo participa de diversas reuniões, com lideranças, entidades parceiras, representantes do Poder Público, Ministério Público etc., em geral para tratar de questões relacionadas ao atendimento de comunidades específicas. Eventualmente, tais reuniões se tratam de questões mais abrangentes, que dizem respeito a diversas comunidades, ou a alguma

questão genérica ligada à temática da habitação e urbanismo. Além disso, participamos de alguns eventos relacionados à temática de Habitação e Urbanismo. As atas dessas reuniões estão nos respectivos PAs e a agenda pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 4).

**F - Reuniões ordinárias.** As atas das reuniões ordinárias do núcleo podem ser verificadas no Anexo 5 (ata de julho ainda não aprovada).

**14) Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo**

No período, não foi indeferido nenhum atendimento. Os casos de arquivamento foram todos aprovados em plenária do núcleo e podem ser verificados nas atas dessas e nas listas dos procedimentos administrativos.